

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.491.732 - SP  
(2019/0115023-3)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : BANCO PAULISTA S.A**  
**ADVOGADO : MARCUS VINICIUS GUIMARÃES SANCHES - SP195084**  
**AGRAVADO : ALEXANDRE CORDEIRO DA SILVA**  
**ADVOGADO : ELEANDRO ALVES DOS REIS - SP233579**  
**AGRAVADO : MGE COMERCIO DE VEICULOS LTDA**  
**ADVOGADO : ANDRÉ LUIZ ALVES DE SOUSA - SP217461**  
**AGRAVADO : GENIVAL BESERRA LEITE**  
**ADVOGADO : JULIANA COLOMBELLI PACCA - SP245321**

### **DECISÃO**

Reconsidero a decisão de e-STJ fls. 623/630, tornando-a sem efeito.

Passo ao exame do recurso.

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto de acórdão assim ementado:

Declaratória c.c. indenização - Aquisição de veículo - Compra financiada pelo Banco - Automóvel devolvido diante do vício apresentado no motor - Contratos coligados - Financiamento bancário que não pode subsistir diante do contrato de compra e venda desfeito - Negativação indevida do nome do autor - Dano moral caracterizado - *Quantum* indenizatório - Elevação - Necessidade - Juros de mora - Termo inicial da citação - Honorários advocatícios - Majoração - Recurso do Banco improvido, provida a apelação do autor.

Alega-se ofensa aos arts. 319, VI, 355, I, e 485, VI, do Código de Processo Civil; 14, § 3º, II, e 26, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor; 884 a 886 e 944 do Código Civil, bem como dissídio.

Sustenta-se, em síntese, cerceamento de defesa e ausência do preenchimento dos requisitos da petição inicial.

Afirma-se a ilegitimidade passiva *ad causam* sob o seguinte fundamento:

"É certo e inquestionável que a responsabilidade da instituição financeira ora recorrente limita-se à análise do crédito do consumidor que a procura e o pagamento do valor pleiteado a quem o financiado indicar, o que ocorreu da forma legal, tendo o

# Superior Tribunal de Justiça

Autor-recorrido recebido o bem que desejava. Não pode o Banco-Réu, ora recorrente, responder por qualquer inadimplência da loja de veículos, pois ele não fez parte daquela transação" (fl. 483).

Alega-se, ainda, ausência de comprovação do dano moral para justificar a condenação imposta na origem e, subsidiariamente, a redução do valor da indenização.

Aponta-se ainda no arrazoado a *"decadência do direito do autor, ora recorrido, nos moldes do art. 26, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor, sob pena de afronta ao referido dispositivo legal uma vez que houve o decurso do prazo de 90 (noventa) dias para reclamação do vício apresentado pelo veículo, não sendo devida qualquer reparação por danos morais e/ou rescisão contratual"* (fl. 483).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Corte local assim registrou no acórdão recorrido:

O Banco apelante é parte legítima para responder aos termos da presente ação.

Isto porque, os contratos de compra e venda de veículo automotor e seu respectivo financiamento são evidentemente coligados, sendo certo que o financiamento não persiste sem a aquisição do automóvel, sendo instrumento dependente daquela primeira negociação.

Logo, uma vez desfeito o primeiro contrato principal (compra e venda do veículo Parati), o que é incontroverso, o de financiamento deve seguir o mesmo destino, eis que, desaparecendo o primeiro, não tem razão de ser o segundo.

O Tribunal de origem diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para quem não existe relação de acessoriedade entre o contrato de compra e venda de bem de consumo e o de financiamento bancário destinado a viabilizar a aquisição de veículo.

Diante da autonomia dos contratos, não é da instituição financeira, concedente do crédito (atuando tão somente como "banco de varejo" e sem vinculação com o fornecedor do bem) a responsabilidade por danos decorrentes de eventuais vícios do bem financiado, o qual não forneceu.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. 1. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE VEÍCULO. VÍCIO CONSTATADO. RESCISÃO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE ACESSORIEDADE ENTRE OS CONTRATOS. PRECEDENTES. 2. RECURSO IMPROVIDO.

1. De acordo com a jurisprudência perfilhada por esta Corte de Justiça, não há relação de acessoriedade entre o contrato de compra e venda de bem de consumo e o de financiamento bancário com alienação fiduciária, destinado a viabilizar a aquisição. Aliás, apenas há falar em responsabilidade solidária no caso de a instituição financeira estar vinculada à concessionária do veículo - hipótese em que se trata de banco da própria montadora -, o que não se constata na espécie. Precedentes.

2. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1.519.556/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 25.11.2016)

AGRAVO INTERNO. RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATOS. COMPRA E VENDA. MÚTUO BANCÁRIO GARANTIDO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. POSSIBILIDADE. REVENDEDORA DE AUTOMÓVEIS E INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. ATUAÇÃO CONJUNTA EM PARCERIA COMERCIAL.

1. Constatada a atuação da revendedora de automóveis em parceria com a instituição financeira, é possível o reconhecimento da responsabilidade solidária com a consequente rescisão dos contratos de financiamento e de compra e venda.

2. Há distinção entre as instituições financeiras que atuam como "banco de varejo" e os "bancos de montadoras", que apenas concedem financiamento ao consumidor para aquisição de um veículo novo ou usado sem vinculação direta com o fabricante (REsp n. 1.379.839).

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 868.170/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe 26.8.2016);

RECURSO ESPECIAL. CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO PRODUTO. VEÍCULO NOVO DEFEITUOSO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO "BANCO DA MONTADORA" INTEGRANTE DA CADEIA DE CONSUMO.

**APLICAÇÃO DO ART. 18 DO CDC. VOTOS VENCIDOS.**

1 - Demanda movida por consumidor postulando a rescisão de contrato de compra e venda de um automóvel (Golf) em razão de vício de qualidade, bem como de arrendamento mercantil firmado com o "banco da montadora" para financiamento do veículo.

2 - Responsabilidade solidária da instituição financeira vinculada à concessionária do veículo ("banco da montadora"), pois parte integrante da cadeia de consumo.

3 - Distinção em relação às instituições financeiras que atuam como "banco de varejo", apenas concedendo financiamento ao consumidor para aquisição de um veículo novo ou usado sem vinculação direta com o fabricante.

4 - Aplicação do art. 18 do CDC.

**5 - RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO POR MAIORIA, COM DOIS VOTOS VENCIDOS.**

(REsp 1.379.839/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ acórdão Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 15.12.2014);

**DIREITO CIVIL. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE VEÍCULO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. CONTRATO ACESSÓRIO. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DEFEITO NO PRODUTO. RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR.**

1. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras (Súmula n. 297), mas apenas em relação aos serviços atinentes à atividade bancária. Por certo que o banco não está obrigado a responder por defeito de produto que não forneceu tão-somente porque o consumidor adquiriu-o com valores obtidos por meio de financiamento bancário. Se o banco fornece dinheiro, o consumidor é livre para escolher o produto que lhe aprouver. No caso de o bem apresentar defeito, o comprador ainda continua devedor da instituição financeira.

2. Não há relação de acessoriedade entre o contrato de compra e venda de bem de consumo e o de financiamento que propicia numerário ao consumidor para aquisição de bem que, pelo registro do contrato de alienação fiduciária, tem sua propriedade transferida para o credor.

3. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 1.014.547/DF, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 25.8.2009, DJe 7.12.2009).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assim, merece acolhida o recurso para extinguir o feito em relação ao banco, em razão de sua ilegitimidade passiva.

Fica naturalmente prejudicada a análise dos demais pedidos subsidiários veiculados no recurso.

Em face do exposto, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial para extinguir o feito em relação à instituição financeira recorrente, por reconhecer a sua ilegitimidade passiva, e manter hígido o contrato de financiamento celebrado.

Tendo em vista que a sentença foi proferida ainda sob a égide do antigo Código de Processo Civil, condeno a recorrida nas custas e ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), observada a concessão da assistência judiciária gratuita (e-STJ fl. 332).

Intimem-se.

Brasília (DF), 17 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora